

## Geopolítica hemisférica e Guerra Fria: a missão militar brasileira na República Dominicana (1965-66)

Delmo de Oliveira Arguelhes\*

1. O nosso objetivo inicial era a elaboração um estudo comparativo entre as duas intervenções militares brasileiras na Ilha de Hispaniola, em meados dos anos 1960, e nos primórdios do século XXI. Primeiro na República Dominicana e depois no Haiti. Assim, uma comparação entre os discursos brasileiros em ambos contextos, forneceriam indícios acerca das tentativas de inserção internacional do Brasil em dois períodos históricos distintos. Entretanto, quando estávamos ocupados em fazer o levantamento documental, nos deparamos com uma publicação oficial por demais interessante: *A experiência do FAIBRÁS na República Dominicana*, editado pelo comandante da Força Armada Interamericana do Brasil, o então coronel Carlos de Meira Mattos (1966).

Meira Mattos foi um dos mais notórios representantes da assim chamada Sorbonne do Exército Brasileiro, a qual seria o núcleo intelectual da força. Entre outras obras, os escritos do oficial acerca da disciplina geopolítica são um marco no pensamento estratégico brasileiro. O relato de Meira Mattos acerca do atuação do FAIBRÁS (Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana) – um documento descritivo eminentemente político, e, portanto, eivado de carga ideológica – já é, por si só, mais do que suficiente para nossa comunicação de pesquisa. Logo, a proposta de nossa pesquisa converteu-se na leitura do relato acerca da atuação das Forças Armadas brasileiras em São Domingos, a partir da qual faremos uma leitura hermenêutica da fonte primária, buscando assim os significados dessa narrativa, nas palavras do comandante da missão.

Teoricamente, nosso ponto de partida será a construção teórica de Hans-Georg Gadamer (2003) acerca da hermenêutica, donde propõe a fusão de horizontes: o horizonte de entendimento do leitor indo de encontro ao horizonte de entendimento do texto. A fusão de horizontes vai muito além da crítica documental rankeana. Enquanto esta ocupa-se da veracidade e da acuidade do autor do relato, sobre o

---

\* Doutor em História das Ideias (UnB). Pesquisador pós doutoral no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF). Professor do Programa de Mestrado em Ciência Política do UniEURO (Brasília, DF).

acontecimento descrito, aquela levanta uma questão muito mais fundamental: o que o autor do relato quis dizer? Quais são os sentidos das afirmações expressas no texto?

Se o nosso objeto é um relato de uma missão militar, tal construção narrativa não se furta à dimensão política, e, portanto, nos conduz à onipresente ideologia. Por ideologia entendemos a naturalização e/ou justificação das relações de dominação. Como na célebre proposição marxista, se os dominados percebem a dominação como uma violência, eles se revoltariam imediatamente. Um dos papéis do discurso ideológico, o qual age como uma ficção simbólica, reguladora da realidade, é apresentar privilégios e dominações como dados naturais, racionais ou mesmo necessários. A assertiva que a Queda do Muro de Berlim acabou com as ideologias, sugerindo assim que vivemos num mundo sem ilusões, é ideológica por excelência.

Desde a proclamação da república (1889), a política externa brasileira almejou um alcance maior, para além dos limites da América do Sul. Tal assertiva fica patente nas participações brasileiras nas duas guerras mundiais (1914-18; 1939-45), nos fóruns de paz (Haia, 1907; Versalhes, 1919) e nos organismos internacionais (Liga das Nações; Organização das Nações Unidas). Em todos os casos citados, o Brasil buscava ampliar a própria inserção internacional. Vale a pena lembrar todo o esforço contínuo para obter – sem sucesso – uma cadeira permanente nos altos conselhos da antiga LDN e da atual ONU. O envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao teatro de guerra italiano, em 1944, foi o resultado de intensas negociações entre Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt. A FEB não representou nenhuma vantagem estratégica para os Aliados na luta contra o Eixo, mas representou um ganho político para o Brasil, apesar de ter sido pouco explorado. Durante a Guerra Fria (1947-91), o Brasil tentava obter um caminho próprio de inserção no cenário mundial. Nos primórdios da Ditadura Militar brasileira (1964-85), a política externa nacional passou a ser pautada pelo conceito de ‘Fronteiras ideológicas’, trazendo o tema ‘combate ao comunismo’ tanto na política externa, quanto na interna.

O conceito de comunismo, nos discursos políticos da América ao sul do Rio Grande, foi ao longo do século XX – e ainda é, como qualquer conceito – polissêmico. A rigor, de acordo com as formulações de Karl Marx, o comunismo seria o último estágio da humanidade, atingido após a destruição das estruturas estatais em todo o globo. Além do fim do estado, a principal característica do estágio comunista – ainda de acordo com o horizonte de expectativas de Marx – aconteceria o fim da história. Afinal, segundo o materialismo dialético marxista, o motor da história é a

luta de classes e o fim da exploração, portanto, acabaria com o desenvolvimento histórico humano, atingindo assim, uma Idade de ouro. Acabamos de apresentar aqui nada mais do que um resumo, bem simplificado, do que seria o comunismo. Na prática discursiva cotidiana, convencionou-se chamar, apesar da contradição evidente, países socialistas – principalmente os países socialistas de modelo soviético – como países *comunistas*. Acusar uma pessoa de ser uma comunista não seria apenas a identificação da mesma como um agente revolucionário, promotor da causa. Qualquer desafeto do interlocutor poderia ser acusado de ser um comunista, independente da posição política. Um conceito plástico por excelência, o qual podia ser atribuído a todos e a qualquer um.

Nas camadas privilegiadas de diversos países, ao longo do século XX, o comunismo seria um aglutinador do mal que rondaria a boa sociedade, parecido com o espectro fantasmagórico já evocado por Marx e Engels no *Manifesto comunista* de 1848, apesar da natureza diversa. No pós Segunda Guerra Mundial, a partir da enunciação da Doutrina Truman (1947), a política exterior dos Estados Unidos poderia ser definida a partir da frase ‘combate ao comunismo’, o que levava a dinâmicas *sui generis*. Tome-se o caso do Haiti, quando foi governado por François Duvalier, conhecido pela alcunha de Papa Doc. Inúmeras violações a direitos humanos básicos eram prática corrente durante o governo Duvalier. A polícia política haitiana, os *Ton Ton Macutes*, foi responsável por muitas execuções extrajudiciais, tortura e desaparecimento de presos. Apesar disso, Duvalier tinha apoio político dos Estados Unidos, pois alegava que estava lutando contra o comunismo. O único limite prático a tal luta na frente interna, eram os interesses econômicos estadunidenses no país. Duvalier tinha o poder para fazer o que bem entendesse dentro das próprias fronteiras, desde que não interferisse nas atividades econômicas de cidadãos estadunidenses. *Mutatis mutandi*, era o mesmo papel exercido por Anastasio Somoza na Nicarágua a partir dos anos 1930.

Comunismo, portanto, para as classes dirigentes ao sul do Rio Grande, era tudo aquilo que ameaçava privilégios. Movimentos operários por melhores salários, luta campesina por condições menos injustas no campo, reivindicações da classe média urbana instruída por novos projetos nacionais; tudo isso poderia ser enquadrado como comunismo, assim como as atividades próprias dos partidos comunistas. O comunismo era apresentado como um inimigo interno de alcance internacional, já que, pelo próprio caráter internacional, os comunistas tentavam minar a nação, a

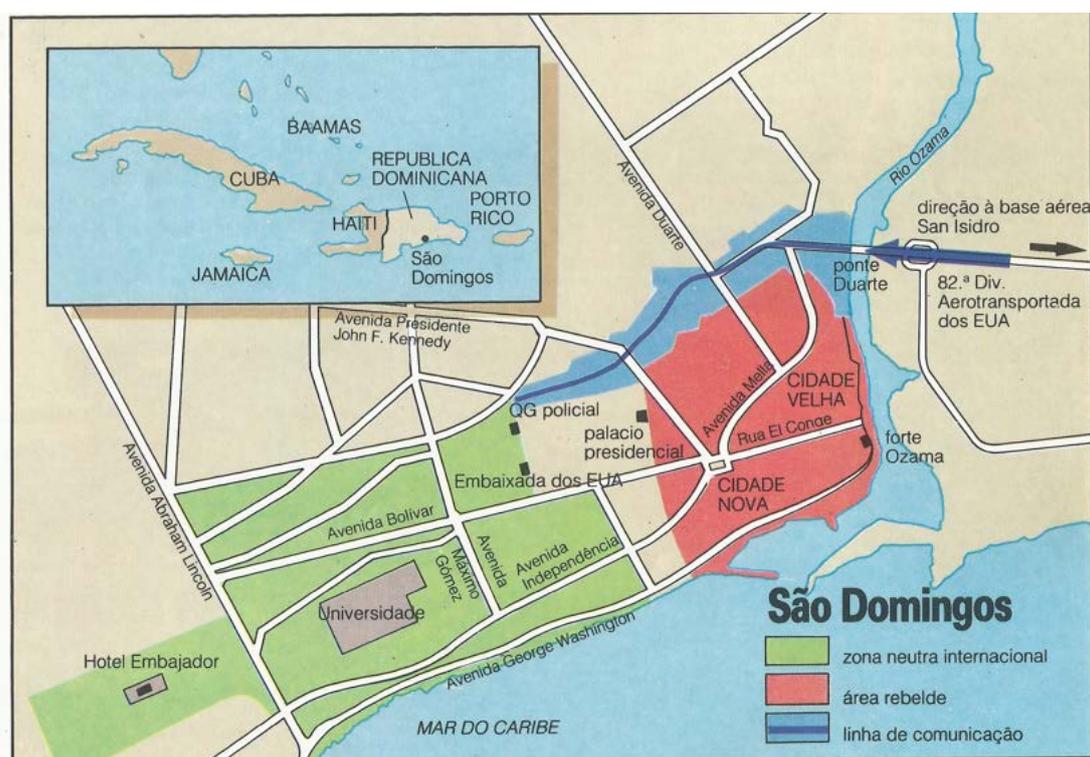
religião, a família. A ameaça comunista era contra a civilização como um todo. Assim como o *judeu errante* seria uma ameaça ao estado nação dos oitocentos, o comunista seria uma ameaça às democracias dos novecentos. Aliás, os nazistas, ao longos dos anos 1920-1940, sempre insistiam numa ligação umbilical entre judaísmo e marxismo.

Nossa referência ao *judeu errante* não foi fortuita. Afinal, tal categoria não tem correspondência a um ser real, mas sim ideal. Como imagem ideal, o *judeu errante* era um criminoso objetivo (ARENDDT, 2000: 474 *ss.*). Não precisava cometer crimes *a priori* para ser encarcerado. Ele seria detido por ser portador de tendências perigosas. O judeu errante seria, portanto, uma imagem vazia a ser preenchida pelo emissor. A imagem de um inimigo da nação acaba por ser bastante útil, pois todos os fracassos passam a ser atribuídos à ação do inimigo, assim como as críticas sempre partirão dos adeptos do inimigo.

2. A crise política na República Dominicana, nos anos 1960, foi um seguimento direto do assassinato do general Rafael Leônidas Trujillo, ditador dominicano por mais de trinta anos, em 1961. Em dezembro de 1962 foram realizadas as primeiras eleições livres em quase quarenta anos, levando ao poder o presidente Juan Bosch. No entanto, o governo eleito pelas urnas durou apenas sete meses, sendo derrubado por um golpe militar. Depois do golpe, um triunvirato civil governou o país, sendo reduzido para um duo e, finalmente, o poder ficou com Donald Reid Cabral (MEIRA MATTOS, 1966: 03). Em abril de 1965, um novo levante derrubou o frágil governo colocando em luta duas facções do exército dominicano, uma à esquerda e outra à direita. O coronel Francisco Caamaño Deño, que derrubou o triunvirato, estava ligado às facções de esquerda, enquanto o brigadeiro Elias Wessin y Wessin – o qual liderou o golpe contra o presidente Bosch –, montou forte resistência na base aérea San Isidro, perto da capital. A principal demanda de Caamaño era o retorno à presidência de Bosch.

Após a Revolução Cubana, a opção de Fidel Castro pelo socialismo soviético e a Crise dos Mísseis, governos de orientações à esquerda não seriam tolerados no Caribe pelos Estados Unidos. Sob o tão conhecido *topos* ‘ameaça à vida de cidadãos estadunidenses no exterior’, o presidente Lyndon Johnson ordenou, no dia 28 de abril, o envio de uma força interventora dos *Marines*. À princípio, os militares dos Estados Unidos se posicionaram na proteção do perímetro da própria embaixada. Com a

evolução dos combates, a 82ª Divisão Aerotransportada pousou no Aeroporto de San Isidro no dia 30 de abril, estabelecendo um perímetro de segurança no local e avançando dali para o centro da capital. Quando chegaram no rio Ozama, no entanto, enfrentaram a resistência armada dos rebeldes constitucionalistas (à esquerda), e acabaram por parar a progressão.



Fonte: *Guerra na paz – volume III.*

Em 30 de abril, Johnson conseguiu aprovar uma resolução na assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA), a qual indicava a necessidade de um cessar fogo entre os grupos em luta, além de estabelecer uma zona neutra internacional. Tal resolução abriu caminho para o incremento de tropas na capital. Assim, os rebeldes constitucionalistas ficariam contidos, pela zona neutra, pela linha de comunicação e pela 82ª divisão. Tal contenção foi finalizada com a operação *Blue Chip*, na qual a linha de comunicações foi estabelecida e estabilizada.

No dia 6 de maio, uma nova resolução da OEA criou a Força Interamericana de Paz (FIP), a qual seria responsável pela contenção dos grupos em luta, em favor de um cessar fogo e, posteriormente, a paz e o reestabelecimento da normalidade institucional na República Dominicana. Para tanto, a OEA solicitou aos estados membros a cessão de tropas (MEIRA MATTOS, 1966: 12-3). Poucos países

americanos responderam à solicitação: Brasil, Costa Rica, Honduras, Nicarágua e Paraguai. Sendo o contingente brasileiro o mais numeroso, depois dos Estados Unidos, o comando da FIP foi entregue ao general de exército Hugo Panasco Alvim, do Brasil, tendo como vice comandante o tenente general estadunidense Bruce Palmer Jr. Assim, o que seria uma força interventora dos Estados Unidos ficou revestida como uma força multinacional para a promoção da paz local.

A presença da FIP não significou o fim imediato dos combates. Escaramuças de ambos os lados não cessaram de ocorrer. Em setembro, por meio de uma longa negociação entre as partes, o ex-ministro das relações exteriores de Bosch, Hector Garcia Godoy, foi alçado ao cargo de presidente provisório, responsável pela organização de novas eleições. Após a posse de Godoy, a FIP iniciou a ocupação da Cidade Nova, avançando gradativamente e desarmando os constitucionalistas (MEIRA MATTOS, 1966: 34 *ss.*). No ano seguinte, por força de acordos conciliatórios ou mesmo por imposição do governo provisório, líderes de ambos os lados partiram para o exílio. Nas eleições de julho 1966 foi eleito o diplomata Joaquín Balaguer, fato que ajudou a por um fim na luta fratricida. Uma das primeiras providências do presidente foi a solicitação da retirada das forças da OEA. O fechamento do quartel general da FIP aconteceu em 20 de setembro.

3. A narrativa do então coronel Meira Mattos é marcada por diversas camadas. No primeiro plano, há o cuidado em descrever a ação levada à cabo pelo FAIBRÁS como profissional, eficaz e neutra, sempre pautada pela missão de atuar como uma força de paz e não como lado beligerante:

No cumprimento da sua missão de paz, o Soldado Brasileiro revestiu-se de acentuado espírito de compreensão, imparcialidade, firmeza de atitudes e cortesia.

Sofreu, muitas vezes, ataques injustos e agressões inopinadas, mantendo-se imperturbável, eficiente, dando a todos, um magnífico exemplo de suas qualidades militares.

Em futuro, não muito tardio, será feita justiça ao anônimo militar brasileiro, que mais uma vez, neste século, numa cruzada de democracia e amizade, ajudou com seu sangue, dedicação e civismo, o restabelecimento da paz em terras estrangeiras (MEIRA MATTOS, 1966: 48).

Tal elogio não foi mera formalidade, muito menos fortuito. Nos meses de permanência do FAIBRÁS e da FIP em São Domingo, por diversas vezes as forças

beligerantes tentaram envolver as forças de paz no combate mais ativo. A presença de tropas estadunidenses nos países da América Central e Caribe sempre é vista com desconfiança, principalmente pela imagem suscitada no espaço de experiência (KOSELLECK, 2006: 303 *ss.*) da política internacional: o infame Corolário Roosevelt, ou, como é mais conhecido, o *Big Stick*. No mundo bipolar da Guerra Fria, intervenções militares dos Estados Unidos sempre eram narradas por movimentos de esquerda como movimentos imperialistas. Obviamente, toda e qualquer intervenção militar, de qualquer país, segue sempre uma agenda de interesses dos governantes. O que pretendemos chamar a atenção aqui é o caráter dualista de tal narrativa: para a esquerda combater os Estados Unidos significa estar do lado ‘certo’; assim como para a direita o certo era combater o ‘comunismo’. A depreciação do outro legitima a própria causa, como num movimento simultâneo. É um Grande Outro lacaniano às avessas: o outro diabólico me justifica, automaticamente.

O general Wessin y Wessin – o qual havia derrubado Bosch em 1963 – atacou as posições constitucionalistas, com morteiros, atrás das posições da FIP, levando assim a reação das tropas rebeldes contra a força de paz. Só com uso de radar que foi esclarecida tal escaramuça. Meira Mattos fez questão de registrar tal incidente justamente para reforçar o discurso de neutralidade das forças da OEA (MEIRA MATTOS, 1966: 12), além de refutar as acusações feitas pelos rebeldes.

A descrição das forças em luta foi variável, do detalhista ao superficial.

Esta instabilidade [da queda de Bosch à queda de Reid Cabral] representava uma frustração para os verdadeiros patriotas que pensavam em reconstituir o país após o desaparecimento de Trujillo. A insatisfação popular crescia. Gerava-se assim o clima propício à proliferação dos grupos de esquerda e ao seu adestramento nos conflitos de rua.

(...)

Conspiravam, já quase abertamente: um grupo de oficiais jovens, liderados pelos Coronel Hernando Ramirez [substituído posteriormente pelo Coronel Caamaño Deño]; os três partidos da extrema esquerda – Movimiento 14 de Junio (linha Castrista), Partido Socialista Popular Dominicano (linha Soviética) e Movimento Popular Dominicano (linha Chinesa); os partidos de esquerda moderada – Partido Revolucionário Dominicano e Partido Revolucionário Social Cristiano. (...) No curso desse processo pré-revolucionário, os grupos de extrema esquerda, principalmente o mais bem organizado deles, o ‘Movimiento 14 de Junio’, vinha se exercitando nas táticas de terrorismo e de violência. (MEIRA MATTOS, 1996: 03-04).

Meira Mattos utiliza no início do excerto o *topos* corpo cívico doente. Tal enfermidade conduz ao aparecimento do... comunismo. Chama a atenção também a descrição detalhada dos partidos de esquerda. Ao contrário de um rótulo opaco como ‘comunista’, Meira Mattos identificou cada linha de ação com Cuba, União Soviética e China. A subversão comunista estava comprovada não apenas pela presença nos partidos, como também com os comandos constitucionalistas, que congregavam soldados e revolucionários. Alguns eram revolucionários com carreira internacional:

Entre os combatentes rebeldes destacaram-se três estrangeiros: André Rivière, um aventureiro, combatente da Indochina e da Argélia, ex-membro do Exército Secreto ‘antidegaullista’ [sic]; Elio Capizzi, italiano, ex-membro da Legião Estrangeira, especialista em técnicas de ‘homem-rã’, companheiro de Rivière desde a Indochina; Manuel Gonzalez Gonzalez, comunista, espanhol, veterano em táticas terroristas.

As autoridades norte americanas divulgaram uma lista de 54 comunistas treinados em táticas de guerrilha e técnicas subversivas em Cuba, União Soviética ou China. Todos os comunistas constantes dessa relação, ocupavam posição de destaque nos ‘comandos’, que se achavam organizados e difundidos em Ciudad Nueva e Zona Norte (MEIRA MATTOS, 1966: 08)

A primeira questão que nos salta aos olhos é a das nacionalidades. Capizzi é um italiano. Rivière, apesar de deduzirmos automaticamente como francês, é listado como um aventureiro, um mercenário. Gonzalez Gonzalez é, antes de ser espanhol, um comunista. Não é um comunista espanhol. É comunista primeiro, depois é espanhol. Porém tal internacional subversiva não era espontânea. Todos estavam a serviço dos ‘países comunistas’.

Tal perigo disseminado pelos rebeldes contra o bom governo do país passou para o nível seguinte no estabelecimento das Escolas de Comando, chamada pelo autor como ‘escolas de guerrilha’ (MEIRA MATTOS, 1966: 11). No currículo delas privilegiava-se o ensino de táticas de guerrilha, sabotagem, combate urbano, além da educação política.

As táticas de luta das forças constitucionalistas também mereceram o olhar crítico do Coronel Meira Mattos:

Como é clássico, na não clássica guerra revolucionária, os rebeldes do Cel. Caamaño desencadearam intensa campanha psicológica visando comover a opinião pública internacional. Procuravam, por este meio, conter a ação de alargamento do ‘corredor de segurança’, desencadeada pelos paraquedistas da

82ª Div. Aet. [sic]. Puzeram [sic] a serviço de sua causa, alguns representantes da ONU, alguns membros do corpo diplomático, o Núncio Apostólico e, com isto, alcançaram, o objetivo de conter o avanço das forças norte americanas.

Diz, Mao Tsé Tung que, a guerrilha deve obter uma ‘zona liberada’ onde a única autoridade que se exerça seja a de seu chefe. Essa ‘zona liberada’ foi instalada pelos rebeldes em Ciudad Nueva que obstinadamente procuraram mantê-la; a operação dos paraquedistas representava uma redução dessa zona (MEIRA MATTOS, 1966: 30-1)

A guerra psicológica subversiva tem como objetivo – na visão do militar brasileiro – enganar os incautos. A falta de visão estratégica dos diplomatas listados os fez cair no imbróglio comunista.

Essas foram algumas das descrições do lado ‘esquerdista’ da guerra civil dominicana. E quanto ao outro lado? Como se organizavam as forças que deram o golpe de estado contra Bosch em 1963, e que combatiam os constitucionalistas em 1965-6? O texto se cala quanto a isso. A única exceção foi a manobra de Wessin y Wessin, porque, é uma especulação da nossa parte, gerou uma acusação de partidarismo da FIP. De resto, não sabemos pelo documento, a quais interesses a direita dominicana representava ou servia. Em suma, a *Experiência do FAIBRÁS...* narra duas coisas: a memória da atuação das FFAA brasileiras e o perigo da infiltração comunista num país.

## Bibliografia

ARENDDT, Hannah (2000). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (1993). *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina – Brasil (1930/1992)*. Brasília / São Paulo: Edunb / Ensaio.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. (2011). *História da política exterior do Brasil*. 4ª edição. Brasília: Edunb.

GADAMER, Hans-Georg. (2003). *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 5ª edição. Petrópolis / Bragança Paulista: Vozes / Universidade São Francisco.

*GUERRA NA PAZ, Volume III*. (1984). Rio de Janeiro: Rio Gráfica.

KOSELLECK, Reinhart. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC Rio.

MEIRA MATTOS, Carlos de (org). (1966). *A experiência do FAIBRÁS na República Dominicana*. Rio de Janeiro: IBGE.